

AD VERSO

Jornal da Adufrgs

nº 76

1ª quinzena de fevereiro de 2001



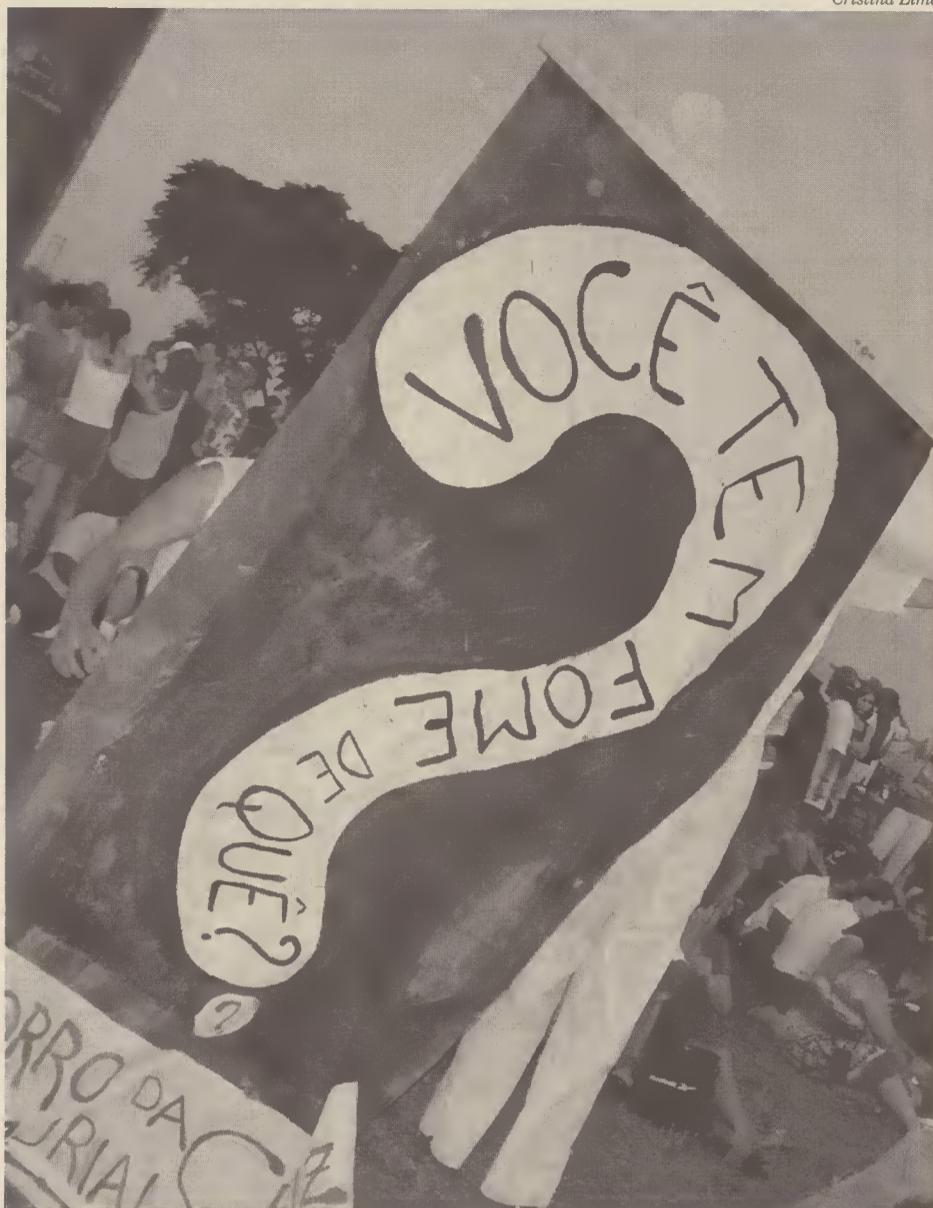
Fórum lança propostas para um novo mundo

O Fórum Social Mundial foi uma feira de alternativas para um mundo em crise, não só econômica como de valores humanos. Solidariedade, democracia, participação e diversidade são algumas palavras que tomam nova força a partir do que ocorreu de 25 a 30 de janeiro em Porto Alegre. O encontro trouxe à tona um mosaico de propostas para a construção de um novo mundo.

Nesta edição



Cristina Lima



Propostas para um mundo mais solidário

O Fórum Social Mundial, que ocorreu em Porto Alegre entre os dias 25 e 30 de janeiro, lançou para o mundo novas propostas de convivência solidária. A implantação da Taxa Tobin – uma espécie de imposto sobre os capitais financeiros que circulam pelo mundo – foi uma das principais propostas debatidas pelas 15 mil pessoas que participaram do evento.

Outro momento importante foi o lançamento de uma rede internacional de economia solidária para estimular formas alternativas de sobrevivência no mercado. Também surgiu a idéia de criar o Grupo de Porto Alegre, como alternativa ao G-7 – que não seria o grupo dos pobres, mas sim de quem pensa construir uma relação diferente entre os países. Foram lançadas, ainda, propostas de

criação de um Fórum Internacional de Bancos Centrais, de uma coordenação tributária mundial para evitar a guerra fiscal entre países e de um banco popular mundial. A anulação da dívida externa foi outra idéia defendida pela maioria dos delegados, assim como uma reforma agrária internacional e, principalmente, a disseminação de formas de democracia participativa.

O Fórum reuniu, na sua concepção, todos os movimentos civis que procuram alternativas para a sociedade. Essas propostas apontam na perspectiva de um novo mundo, que, para os participantes do evento, começou a ser construído em Porto Alegre. Nossa missão, agora, é preparar o Fórum de 2002, um passo a mais na realização da utopia de um mundo melhor.

OBSERVATÓRIO

Gaspari e a "vaca louca"

Essa é para os que não tiveram tempo para ler a coluna de Elio Gaspari (11 de fevereiro). Sob o título de "Yes, temos xenófobos", o jornalista levanta uma série de fatos para mostrar o teatro do governo brasileiro na "guerra da vaca louca" com o Canadá. "Um pouco de xenofobia faz bem (...) para conter a arrogância intelectual do cosmopolitismo que tomou conta do andar de cima do governo". Gaspari lembra o regime de "populismo cambial", que ajudou "a reeleição de FFHH e anestesiou a capacidade exportadora da produção nacional". "Entre 1990 e 1996 as importações de bens de consumo não-duráveis passaram de US\$ 1 bilhão para quase US\$ 5 bilhões. Nessa época comiam-se batatas fritas canadenses", afirma um pra lá de irônico Élio Gaspari. O jornalista ainda compara a Alca ao Tratado de Methuen, de 1703, entre Inglaterra e Portugal. A combinação era que Lisboa venderia vinho a Londres, que exportaria ao parceiro todo o resto.

Equador: polícia sitiava sete mil indígenas

A instável situação política no Equador está colocando em xeque a atuação da polícia na repressão dos insurreitos indígenas que representam mais de 60% da população do país. Segundo relatos da imprensa equatoriana, mais de sete mil indígenas estavam acampados na sede da Universidade Politécnica Salesiana de Quito. Para tentar demovê-los, além de infiltrar um espião, a polícia passou a confiscar a comida que os cidadãos de Quito levavam em solidariedade a eles. Luz, água e telefone foram cortados e os manifestantes são impedidos de sair para protestar. "O governo lança a mais brutal repressão que se vê em anos, sitiando os indígenas na Universidade para que desistam, derrotados pela fome", afirma o líder indígena Miguel Lluco. Nos confrontos, já morreram quatro indígenas e 25 ficaram feridos. Os indígenas, que chegaram à capital equatoriana no dia 29 de janeiro, assinaram um acordo com o presidente Gustavo Noboa no último dia 11. Mais informações em <http://coniae.nativeweb.org>.

Sete mil índios presos no México

Segundo o periódico mexicano La Jornada (www.lajornada.org), a Comissão de Direitos Humanos (CDH) do México revelou que hoje existem sete mil indígenas presos no país. Deste total, um terço

está na cadeia por posse de drogas. A CDH afirma que os indígenas transportam a droga para os traficantes por falta de opção de sobrevivência. "Diante da fome, com terras de baixa qualidade, esquecidos pelo desenvolvimento, os indígenas são obrigados a transportar a droga", informa documento do órgão.

Guerra na Colômbia já atinge Equador

A guerra entre paramilitares de direita, guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e exército na Colômbia já respinga em outros países. Cerca de 500 indígenas da província equatoriana de Sucumbíos, na fronteira com a Colômbia foram expulsos de suas terras por paramilitares das Autodefesas Unidas da Colômbia, a mesma que atua contra as Farc. O episódio teria ocorrido no dia 8 de fevereiro. Relatos de comerciantes da região dão conta que há mais de 20 anos, tanto guerrilha quanto paramilitares entram no Equador para comprar roupas e comida.

Agrotóxicos matam mais no Terceiro Mundo

Apesar de comprar apenas 20% da produção mundial de pesticidas, os países em desenvolvimento registram 99% dos casos de intoxicação letal. Segundo texto que circula na Internet e tem origem na página da ONG espanhola Centro de Colaborações Solidárias, produtos banidos dos mercados norte-americano e europeu há tempos que as multinacionais controladoras do mercado insistem em distribuir aos países periféricos, aliado à falta de informação nos rótulos e à carência de equipamentos apropriados para o manuseio são as principais causas do alto índice de mortalidade no terceiro mundo. No último ano a indústria agroquímica movimentou 32 bilhões de dólares.

Mike Moore quer vomitar

O dirigente da Organização Mundial do Comércio revelou na Austrália que os manifestantes anti-globalização o fazem sentir náuseas. "Essas pessoas que protestam e dizem representar o interesse dos mais pobres... elas me fazem ficar com ânsia de vômito. Porque são os pobres que mais necessitam de nós (OMC)", afirmou em Sidney no início de fevereiro.

FSM - 2001

A hora do contra-poder global?

Experiências democráticas locais colaboram para a construção de um contra-poder global? O Fórum Social Mundial pode ser considerado um ponto de partida para a construção desta alternativa? Estas foram as duas questões que orientaram o debate em um dos eventos mais concorridos do FSM. Co-promovida pela Adufrgs, a oficina reuniu o governador Olívio Dutra, a prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, o sociólogo Michel Löwy, o ministro francês da Economia Solidária, Guy Hascöet, e a deputada do Partido Socialista francês, Beatrice Maar.

Para o sociólogo Michel Löwy, professor da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, de Paris, o Fórum Social Mundial é o ato de nascimento de um contra-poder global. Contra o quê? Essencialmente, disse ele, contra tudo o que está representado em Davos, na Suíça. Löwy, atualmente residindo em Paris, criticou as "almas bem intencionadas" que tentam aproximar Davos de Porto Alegre. Na opinião de Löwy, os dois fóruns representam propostas antagônicas e irreconciliáveis. "Não há uma terceira via. Em Davos, está representada a elite econômica e política do sistema capitalista globalizado, os defensores do pensamento único, do fetichismo da mercadoria, da ideologia do mercado: em suma, de um sistema intrinsecamente perverso", disse ele. E citou um exemplo para ilustrar o que está em jogo nesta diferença: "três bilionários americanos que estão representados em Davos têm uma fortuna equivalente ao Produto Interno Bruto (PIB) de 62 países pobres".

Löwy lembrou que, na abertura do Fórum Econômico Mundial, o presidente da Suíça disse que Davos representa a democracia, por reunir os governos eleitos, enquanto que, em Porto Alegre, estariam representantes de Organizações Não-Governamentais, que ninguém elegeu. "Quem elegeu Bill Gattes presidente da maior multinacional do mundo?", replicou o sociólogo. "Sem falar dos Estados Unidos, onde o presidente foi eleito não pelo povo, mas pelos juízes da Suprema Corte." Lembrou, ainda, que os protestos foram proibidos na cidade suíça e o lugar da conferência estava cercado, de 25 a 30 de janeiro, por um poderoso aparato militar. "Não parece ser um modelo de democracia", ironizou Löwy. Ele também refutou as críticas de "uma certa imprensa neoliberal", que acusa o Fórum Social Mundial de ser contra a mundialização. "Nós não somos contra a mundialização, mas sim contra este mundo dominado pela lógica do mercado. O mundo que queremos talvez esteja começando hoje em Porto Alegre".

A prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, considerou necessária e oportuna a iniciativa dos organizadores do Fórum Social Mundial. "Precisamos dar um basta à liberdade desenfreada de capital que acaba predominando sobre todas as outras dimensões da vida humana. O Fórum de Porto Alegre indica que estamos saindo de uma postura defensiva e assumindo o trabalho de construir coletivamente uma alternativa ao modelo neoliberal",



Experiências: oficina reuniu na PUC o ministro francês Guy Hascöet, a deputada francesa Beatrice Maar, o governador Olívio Dutra, o sociólogo Michael Löwy e a prefeita de São Paulo Marta Suplicy

disse Marta. A prefeita de São Paulo destacou também que Porto Alegre e o Rio Grande do Sul têm mostrado como estavam equivocados aqueles que afirmavam não existir saídas alternativas ao modelo atual. "Além disso", acrescentou, "a presença neste debate de um ministro da França mostra que o PT não é o único partido que acredita na possibilidade de construir novos caminhos". Ela acredita na existência de uma articulação internacional disposta a lutar contra a globalização excludente que vem encravando estados nacionais e cidadãos em todo o mundo.

Por sua vez, a deputada socialista Beatrice Maar, autora de dois informes sobre o significado dos acontecimentos em Seattle, concordou com Löwy e Marta quanto à necessidade de se articular a construção de uma democracia planetária. "A globalização ultrapassou largamente o limite do suportável para os cidadãos", disse. Para ela, uma das condições básicas para a construção desta alternativa é a articulação de novas formas de relação entre poderes políticos (nacionais, estaduais e municipais) e os cidadãos. Maar citou o Orçamento Participativo como um exemplo destas novas relações. Outro representante da França, o ministro Guy Hascöet, do Partido Verde, defendeu a necessidade de implantar iniciativas de economia solidária em todo o mundo e destacou as experiências que já vem sendo realizadas neste sentido no Rio Grande do Sul.

O governador Olívio Dutra encerrou o debate dizendo que não basta identificar e denunciar as mazelas do capitalismo. "É preciso, também, construir alternativas

concretas a este modelo", afirmou, alertando para a destruição das fronteiras econômicas nacionais e das produções locais pelo capitalismo neoliberal. Alternativas? "Reconstrução do espaço público e da máquina pública, mudança da relação do poder político com a cidadania e desenvolvimento dos sistemas de produção local são algumas das propostas que vem sendo implementadas pelo PT no Estado", segundo o governador, que também definiu seu modelo de Estado ideal: "um Estado austero, ágil e eficiente, menor que a sociedade, mas do tamanho de sua responsabilidade".

O Orçamento Participativo (OP) foi citado pelo governador gaúcho como experiência capaz de ajudar a construir um novo modelo de democracia. "As resistências e críticas ao Orçamento Participativo vêm sendo esvaziadas pelo êxito de seus resultados e mesmo seus críticos mais irados estão reconhecendo isso", disse. Ele considera que "o OP é, de fato, um poderoso instrumento político que, além de qualificar a participação dos cidadãos em sua relação com o poder público, possibilita a construção de articulações que ultrapassam em muito o âmbito municipal". A questão que ficou em aberto é saber se esta bem-sucedida experiência local pode contribuir de algum modo para a articulação de um contra-poder global. A maioria das intervenções no Fórum Social Mundial aposta que sim, mas houve também vozes dissonantes, como a do professor José Luis Fiori, para quem a atual correlação de forças no cenário internacional não permite pensar numa democracia global. Para Fiori, a luta principal ainda se trava no plano dos estados nacionais.

INTERNET

Notícias diárias, relatórios da categoria e a versão eletrônica do jornal Adverso estão em

www.adufrgs.org.br

FARC

"A paz que aceitamos é a paz real"

Os Estados Unidos declararam a América Latina seu pátio dos fundos e assim a tem tratado nos últimos 200 anos. Com esta frase, o líder guerrilheiro das Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (Farc) Javier Cinfuentes (ele não revela o verdadeiro nome) iniciou sua palestra na oficina "Conflito na Colômbia e sua Repercussão na América Latina", dia 27 de janeiro, no Teatro do Ipê, durante o Fórum Social Mundial. A oficina foi realizada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), com apoio da Adufrgs e Cepers-Sindicato. Conforme Cinfuentes, é essa dominação que faz com que todas as tentativas de desenvolvimento da região sejam reprimidas "a ferro e fogo" pelos norte-americanos – causa direta da maioria das mazelas da região.

A Colômbia é um dos países que mais sofrem os efeitos dessa presença norte-americana na América Latina. Há uma propaganda contra os colombianos, disse Cinfuentes, com o objetivo de espalhar pela opinião pública a idéia de que se trata de um povo violento, cheio de narcotraficantes, produtores de coca e guerrilheiros. Tudo isso para enfraquecer o país e conseguir apoio moral do restante do mundo para uma dominação ainda mais direta. Cinfuentes chegou a brincar: "Não é certo que o esporte preferido dos colombianos seja matar. Para nós, colombianos, como para vocês, o esporte favorito é o futebol. E o bom futebol".

O ex-sindicalista, que há 15 anos atua nas Farc (única informação pessoal que deu), falou que violento é o terrorismo de Estado, responsável, conforme ele, pela morte de milhares de colombianos no último século. "Esse terrorismo não é algo novo. Sempre existiu". Foi contra ele que o povo aprendeu a se defender, disse Cinfuentes, contra a violência que apenas no período entre 1950 e 1970 fez 700 mil mortos. A resposta veio de um grupo de apenas 48 camponeses e outros trabalhadores que, em 1964, formaram as Farc lideradas por Manoel "Tirofijo" Marulanda. Partido comunista em armas, eles estavam, como estão até hoje, decididos a lutar contra o terror do Estado e a "violência do capitalismo". Emocionado, Cinfuentes era interrompido a toda hora por aplausos e palavras de ordem contra os Estados Unidos e o Plano Colômbia. Acompanhe, a seguir, trechos da palestra.

Guerrilha – "A guerrilha na Colômbia é uma resposta ao terrorismo de Estado, aos seus crimes contra o povo. É uma resposta à intervenção norte-americana na Colômbia. Não é certo que a violência de Estado seja uma resposta à violência guerrilheira. Não é certo que a intervenção norte-americana seja uma resposta à violência guerrilheira. É exatamente o contrário."

Contra a guerra – "Nós, os revolucionários, não queremos a guerra. Por isso, nos anos 80, buscamos uma negociação, para uma saída política. Nasce a União Patriótica que, em 1986, participa das eleições. Assassina dois candidatos presidenciais, senadores e deputados e começa um verdadeiro genocídio político. São cinco mil os mortos desde as eleições, entre jornalistas, estudantes, trabalhadores e camponeses."

Ideologia – "Quando um companheiro ingressa nas Farc, a principal preocupação, antes de saber usar o fuzil, é com sua ideologia. Ele começa um processo de formação cultural. De manhã, de tarde, de meio-dia, sempre. Todos os dias, temos a hora cultural, com canto, música, teatro, leitura. No acampamento, é obrigatório a cada combatente levar, no mínimo, um livro em seu bornal. Essa é a maior vitória que as Farc alcançaram: a arma contundente que as Farc construíram para combater o terror, a que põe em perigo a segurança norte-americana, a que leva terror às oligarquias. É que as Farc conseguiram alcançar um pouco daquilo que Che chamou 'um homem novo'."

Narcotráfico – "O narcotráfico aparece nos anos 80 e



"Um plano contra a Colômbia"

O Teatro do Ipê ficou pequeno para o público que queria saber mais sobre o Plano Colômbia. Pelo menos a metade das pessoas que queriam assistir à oficina ficou do lado de fora. Tinha gente nos corredores, no palco, ao lado e atrás da mesa dos palestrantes. Das cadeiras, as manifestações vinham em forma de faixas e cartazes de solidariedade ao povo colombiano e aos os palestrantes Pietro Alarcón, professor da Universidade de São Paulo, Hector Moncayo, cientista político e Javier Cinfuentes, integrante do comando das Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (Farc).

A tarde de calor em Porto Alegre ficaria ainda mais quente com os testemunhos dos colombianos, mas do lado de dentro a preocupação era fazer com que os que ficaram de fora se acalmassem para que a palestra se iniciasse. Alguns começaram a gritar que iriam invadir o local, até que Cinfuentes saiu por uma pequena porta lateral e dirigiu-se à frente do teatro. A um grupo exaltado, o guerrilheiro falou que os colombianos estavam sensibilizados com o tamanho apoio, mas pediu que as pessoas compreendessem que realmente não havia condições de acomodar a todos no teatro. Voltou para a mesa e se acomodou entre os dois palestrantes para acompanhar a primeira palestra.

Pietro Alarcón apresentou um panorama histórico e político da Colômbia, tratando especialmente do desafio que têm os povos da América Latina, "os amantes da paz, do progresso e da liberdade, de deter o avanço imperialista norte-americano". "Temos que entender que o

entra em pleno desenvolvimento juntamente com a oligarquia colombiana. O narcotráfico maneja a economia, e manejando a economia maneja a política. Isso está claro desde que ficou provado que o cartel de Cali financiou campanhas eleitorais. E o Exército vem cumprindo o papel de ser o guarda-costas dessa oligarquia e do narcotráfico."

Armas e drogas – "Do total de dinheiro movido pelo narcotráfico, 70% são lavados nos bancos dos Estados Unidos. E 70% da droga que se produz são para consumo dos norte-americanos. Um dos principais, senão o primeiro produto da agricultura norte-americana, é a maconha. Os Estados Unidos são o principal produtor de maconha do mundo. O grande consumo e as grandes máfias do narcotráfico estão nos Estados Unidos. Atualmente há dois negócios que se disputam como os mais rentáveis do mundo: o de armas e o de drogas, que se complementam. O narcotráfico é uma multinacional e, como as multinacionais, tem sua sede nos Estados Unidos."

Plano Colômbia é, sim, um plano contra a Colômbia e contra os latino-americanos", disse. Conforme Alarcón, o interesse dos Estados Unidos pela Colômbia é histórico. Desde o início do século 20, estariam ocorrendo várias investidas dos EUA na região. "Em 1903, simplesmente ocuparam o Panamá para construir um canal. Lá montaram uma base militar, da qual monitoraram a Colômbia durante todo o século 20", apontou.

O motivo principal do interesse norte-americano no país seria sua localização estratégica no continente. "A Colômbia está localizada na pedra angular da América do Sul, de onde se pode monitorar o conjunto de países da América do Sul, América Central e Caribe. Ou seja, para os Estados Unidos, a Colômbia sempre foi estratégica para a dominação do continente latino-americano", afirmou Alarcón. Também destacou o fato de a Colômbia ter reservas de, aproximadamente, 12,5 bilhões de barris de petróleo, que podem chegar a até 14 bilhões. "Por isso, uma das grandes patrocinadoras do Plano Colômbia é a Shell. Isto não é casual", falou, lembrando que estes 14 bilhões de barris de petróleo estarão localizados na região de Putumayo, na divisa do Equador, local de forte presença das Farc e onde se inicia o Plano Colômbia. "A primeira ação do Plano Colômbia se dará ali, sob o pretexto de acabar com o cultivo de coca", falou. O outro palestrante foi Hector Moncayo. Ele tratou dos efeitos do neoliberalismo na Colômbia, informando que o desemprego no país chega a 21% e um subemprego de 20,6%. Somados chegam a 40,6%.

Paz real – "O trabalho das Farc no momento é tratar de abrir um espaço democrático para o povo colombiano, mas a experiência mostra que na Colômbia para abrir um espaço democrático deve-se abrir a tiros. O importante é que as Farc não farão concessões na mesa de negociações. Na mesa de negociação, essa pequena palavra, paz, tem significados totalmente opostos. Para a oligarquia colombiana e para os Estados Unidos, paz significa depor armas. Para as Farc, a única paz que aceitamos é a paz real, que acabe com a violência. Porque há uma violência mais dura que a das armas. É a violência da falta de saúde, a violência da falta da educação, essa grande violência do neoliberalismo contra a juventude, que não tem futuro. Essa é uma violência criminosa. Por isso as Farc dizem: a paz é a reforma agrária, o emprego e o salário digno, a educação, a saúde. Dizem que as Farc não querem a paz. A paz que as Farc não querem é a das multinacionais, a paz do FMI".

EDUCAÇÃO

Os planos do FMI para a universidade pública brasileira

Caso o governo Fernando Henrique Cardoso continue seguindo as orientações do Fundo Monetário Internacional (FMI), o futuro da universidade pública e gratuita brasileira está sob séria ameaça. Em seu mais recente relatório sobre o Brasil, intitulado "Brasil: Assuntos Selecionados e Estatísticas", a instituição critica a "política de gastos sociais" (sic) do governo federal e sugere, entre outras coisas, o fim da universidade pública gratuita. Para os técnicos do FMI, as universidades públicas deveriam começar a cobrar algum tipo de mensalidade dos estudantes.

Ainda de acordo com o documento, o ensino superior gratuito brasileiro beneficia, em maior escala, as pessoas de maior renda. "A cobrança de algum tipo de mensalidade liberaria mais recursos para financiar os ensinos fundamental e médio", defendem os técnicos da entidade. O texto não especifica se a cobrança seria feita dos alunos de graduação ou de pós-graduação. Nesse ano, o orçamento das 52 instituições federais de ensino superior totaliza R\$ 6,14 bilhões.

O documento analisa a situação da economia brasileira e a eficácia dos investimentos do governo nas áreas sociais. De acordo com o FMI, o governo gasta, com cada aluno do ensino superior, cerca de 16 vezes mais do que com um estudante do ensino fundamental. Além disso, a proporção de alunos por professor é mais baixa no ensino superior. O aumento dos investimentos no ensino fundamental é considerado no relatório como uma maneira de melhorar a distribuição de renda no país. "Enquanto gastos do governo nos ensinos médio e superior costumam ter impacto negativo na distribuição de renda, investimentos na pré-escola e no ensino fundamental têm o efeito oposto", diz o documento.

Para o FMI, uma das principais deficiências dos investimentos na área social – em especial, projetos relativos à educação e saúde – é a má distribuição dos recursos destinados a essas áreas. Melhores resultados poderiam ser obtidos sem a necessidade de um aumento no orçamento dessas áreas, diz o FMI. Segundo o documento da entidade, muita coisa poderia melhorar se os gastos do

governo fossem mais eficientes. "Ainda há muito a ser feito para que a assistência social seja uma poderosa rede de segurança social e instrumento de alívio da pobreza no Brasil", afirma o relatório do Fundo.

Paulo Renato Souza, interrogado sobre o teor do documento do FMI, elaborou uma resposta evasiva e ambígua. Ele disse, em primeiro lugar, que nunca defendeu a idéia da cobrança de algum tipo de mensalidade nas universidades públicas. Lembrou que a gratuitade do ensino público superior é um preceito constitucional e que o atual governo nunca propôs uma mudança nesse aspecto. Mas, não descartou completamente a cobrança de mensalidades nas universidades públicas. Para Paulo Renato, a sugestão do FMI "toca num ponto importante, que o país terá que discutir no futuro". Não especificou datas. Dificilmente o governo federal tomaria uma iniciativa neste sentido a menos de dois anos da próxima eleição presidencial. O custo político de uma mudança deste tipo seria muito alto. Mas a declaração do ministro, enfatizando a importância da sugestão, sugere que, se Fernando Henrique conseguir eleger seu sucessor, a proposta pode ser implementada na atual gestão, dando continuidade ao "enxugamento do Estado" praticado até aqui.

Paulo Renato rebateu o argumento de que os pobres que estudam em escolas públicas, durante os ensinos fundamental e médio, só conseguem entrar em faculdades particulares. "Infelizmente, no nosso país, os pobres não chegam nem mesmo a concluir o ensino médio", disse. Esta resposta também é sugestiva a respeito das reais convicções do ministro. Se os pobres não chegam nem mesmo a concluir o ensino médio, uma eventual cobrança de mensalidade nas universidades públicas não afetaria os setores mais desfavorecidos da população. Ao contrário, a proposta poderia ser vendida como uma espécie de mecanismo de redistribuição de renda. Se os mais ricos é que estão freqüentando as universidades públicas e, portanto, beneficiando-se da gratuidade, a adoção de mensalidades seria um meio de transferir recursos para o ensino médio, onde estão os pobres. E a continuidade da resposta de Paulo Renato é

coerente com este raciocínio. Ele chamou atenção para o aumento das matrículas no ensino médio, o que levaria a uma maior procura por escolas de ensino superior em alguns anos. Isso deixaria clara a necessidade, segundo ele, de "rediscutir a questão do financiamento das universidades no futuro". Ou seja, discutir a implantação de mensalidades nas universidades públicas.

Alguns reitores de universidades federais já começaram a se manifestar, de modo incisivo, contra a proposta, negando que a cobrança de mensalidade nas instituições públicas possa trazer benefícios ao ensino fundamental, conforme sugere o Fundo Monetário Internacional. O reitor da Universidade Federal da Paraíba, Jader Nunes de Oliveira, disse que se trata de uma "ingerência indevida do FMI nos assuntos do Brasil". Afirmou ainda que, segundo a Constituição, o ensino fundamental é de responsabilidade dos municípios, e que é à União que cabe gerenciar as instituições de ensino superior. O reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Ótom Anselmo de Oliveira, afirmou, por sua vez, que "não seria conveniente" a cobrança de mensalidade. Oliveira disse que, se poucos alunos de escolas públicas conseguem chegar às universidades gratuitas, a culpa não é da universidade. "Isso acontece porque a escola pública não é boa."

Na verdade, se dependesse das convicções ideológicas do Fundo Monetário Internacional, o Brasil deveria iniciar o quanto antes um processo de privatização do ensino público superior, como forma de "corrigir as distorções do modelo existente". Não são poucas as vozes no atual governo que concordam com essa medida, embora não tenham a coragem de assumi-la à luz do dia. Aliás, O FMI parece ter uma única receita para todos os males econômicos e sociais: reduzir o tamanho do Estado e privatizar. As recentes "crises de consciência" de organismos como o FMI e o Banco Mundial, reconhecendo que suas políticas monetárias "podem ter exagerado na dose de austeridade" são permanentemente desmentidas pelas propostas sugeridas por seus técnicos, como esta agora que pretende acabar com a universidade pública e gratuita no Brasil.

Setor das Federais discute eixos de luta para 2001

O projeto de emprego público, elaborado pelo governo federal, será um dos principais temas em discussão no XX Congresso do Andes-Sindicato Nacional, que será realizado de 15 a 20 de fevereiro, no Rio de Janeiro. Nos dias 23 e 24 de janeiro, o Setor das Federais das Instituições de Ensino Superior esteve reunido em Porto Alegre, na sede da Adufrrgs, para discutir os eixos de luta da categoria para o ano que inicia. Além da discussão em torno da campanha salarial 2001 dos SPF, a reunião gerou outros encaminhamentos de luta para o ano: protesto contra a submissão das procuradorias das universidades ao governo, pelo imediato pagamento dos expurgos do FGTS e contra a proposta de Emprego Público.

Os docentes presentes à reunião de Porto Alegre decidiram aprovar uma nota de protesto contra a submissão cada vez maior das Procuradorias das Ifes à Advocacia Geral da União. A AGU autorizou a Procuradoria Geral da União a assumir a representação judicial em Brasília de seis universidades federais (do Espírito Santo, da Paraíba, do Rio Grande do Sul, da Rural de Pernambuco, de Pelotas e do Amazonas), conforme informações da Andes. Sob a alegação de economia de gastos, o governo ataca mais uma vez o artigo 207 da Constituição Federal, que preconiza a autonomia universitária. A nota aprovada na reunião do Setor será encaminhada às reitorias, ao Fórum de Procuradores, à Andifes, ao Con-

gresso Nacional e, em especial, às comissões de Educação da Câmara e do Senado.

O Setor das Federais decidiu também encaminhar à CUT a proposta para um dia nacional de greve em favor do imediato pagamento da dívida do FGTS pelo Tesouro Nacional. O encaminhamento da proposta deverá ser feito pela Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Públicos Federais (CNESF). O dia 28 de março foi confirmado como o Dia Nacional de Luta e Mobilização em Defesa da Universidade Pública. O Setor, entre outros pontos de mobilização contra a proposta de Emprego Público nas universidades, apontou a necessidade de conseguir um posicionamento dos conselhos superiores das institui-

ções contra a implantação da CLT no meio universitário. Apenas os colegiados da Federal do Rio Grande do Norte, da Federal do Pará, da Federal de Juiz de Fora e da Federal de São Carlos já se manifestaram contra a iniciativa do governo FHC.

Para iniciar um grande processo de mobilização em defesa da Universidade, a reunião indicou a realização de uma rodada nacional de Assembleias Gerais das seções sindicais entre os dias 19 e 23 de março, tendo como pauta a possibilidade de greve de todo o Setor da Educação, no caso de envio da proposta do MEC ao Congresso Nacional. Se o Ministério da Educação encaminhar o projeto antes deste período, a rodada de AGs será antecipada.

FSM - 2001

Propostas para um novo mundo possível

A grande marca do Fórum Social Mundial foi a de ser um centro catalisador de idéias para a construção de um novo mundo. Em praticamente todas as conferências e oficinas, surgiram propostas para os mais diversos problemas causados pela globalização capitalista. São alternativas claras, vindas das mais diferentes partes do planeta, e que juntas formam uma base teórica sólida. É sobre ela que poderá nascer uma verdadeira sociedade civil mundial solidária e cidadã.

Jéferson Assumção

Durante cinco dias, as atenções de boa parte do mundo estiveram voltadas para uma pequena capital ao Sul do Brasil. Neste lugar, às margens de um grande delta, o do Jacuí, e de um grande estuário, o Guanabara, pela primeira vez, milhares de pessoas desceram do trem da história para dizer que nem tudo está bem e que o caminho único imposto a todos os povos não é largo o suficiente para que todos possam passar com tantas diferenças, nuances e variedades. Essas pessoas desembarcaram em Porto Alegre com as malas cheias de projetos e fizeram do Fórum Social Mundial uma feira internacional de soluções para praticamente todos os problemas de um mundo à beira da barbárie.

Em busca de um outro mundo possível, 4.702 delegados (2.570 do Brasil e 1.509 vindos de outros 117 países) participaram de mais de 400 oficinas e diversas conferências, além de seminários e shows. Foram 104 painelistas de renome nacional e internacional (27 brasileiros e 69 do restante do mundo), 165 convidados (77 brasileiros e 88 internacionais), que juntos centralizaram as atenções de 1.870 jornalistas (1.484 brasileiros e 386 internacionais), de 764 veículos de comunicação (442 do Brasil, 322 de 52 outros países). Além deles participaram 623 delegados não-cadastrados, 325 pessoas credenciadas, 65 expositores, 51 tradutores, 50 seguranças, que se somaram a 860 pessoas da organização e às 113 da comunicação oficial. Isso sem falar em dois mil integrantes do acampamento da juventude e 700 indígenas. Muita gente, para um sem-número de atividades, que se iniciou com a abertura oficial, no auditório do Centro de Eventos da PUC.

A confraternização entre os povos deu o tom da abertura do Fórum, com aplausos para cada um dos países representados no evento. Os mais homenageados foram Brasil, China, Colômbia, Cuba e França, além dos países vizinhos ao Brasil. Estados Unidos, é claro, recebeu uma prolongada vaia, mesclada com alguns aplausos. Ao se pronunciar, o governador Olívio Dutra disse que o Fórum Social Mundial busca um outro tipo de globalização, "que integre os povos, não os mercados". O jornalista Bernard Cassem, diretor do jornal Le Monde Diplomatique, um dos idealizadores do evento, falou pouco: "vindos de 120 países, estamos aqui para mostrar que outro mundo é possível".

A Marcha Contra o Neoliberalismo e Pela Vida, no final da tarde do dia 25, no centro de Porto Alegre, mergulhou a cidade num clima de cosmopolitismo.

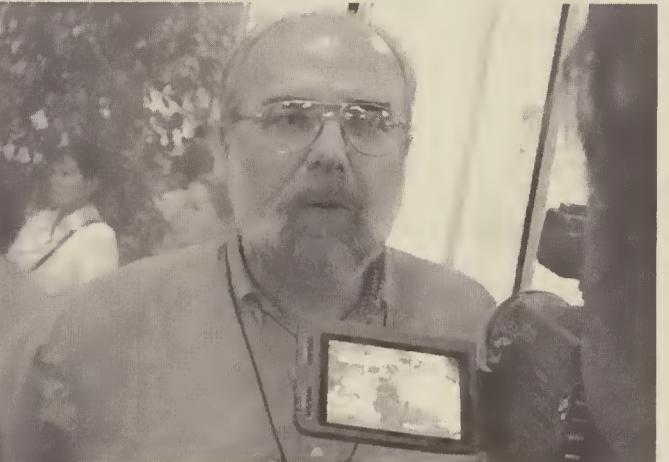


"Grupo de Porto Alegre" poderia ser alternativa a G7

Durante a conferência "Que sistema financeiro é necessário para assegurar a igualdade e o desenvolvimento?", o professor de Economia da Universidade de Campinas (SP) Luciano Coutinho apresentou propostas de políticas, segundo ele, capazes de inverter as atuais tendências de uma crise planetária. Entre elas, está a instituição de um Fórum Internacional de Bancos Centrais, que seja capaz de administrar metas para as taxas de câmbio internacionais, e que impeça grandes flutuações. Outras idéias são exigir uma reforma profunda no FMI, que dê a ele uma maior flexibilidade e menor ortodoxia fiscal; introduzir mecanismos de controle dos movimentos especulativos de capitais; supervisionar de forma eficaz os bancos privados, para reprimir dinheiro ilícito e paraísos fiscais; e inverter prioridades de investimento público, que se focalizem em infraestruturas públicas e em sistemas voltados para as necessidades sociais.

"O capital gera lucro, não riqueza". Com esta frase, o diretor geral do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), Atílio Borón, iniciou uma análise dos malefícios da globalização financeira aos países pobres. E explicou. "95% do fluxo financeiro são constituídos de operações especulativas, ou seja, simples apostas nos mercados de moedas, que não geram quaisquer riquezas". Destacou a necessidade de, entre outras medidas, "reintroduzir os mecanismos de regulação do sistema financeiro mundial" e organizar uma "coordenação tributária mundial" para evitar a guerra fiscal entre países.

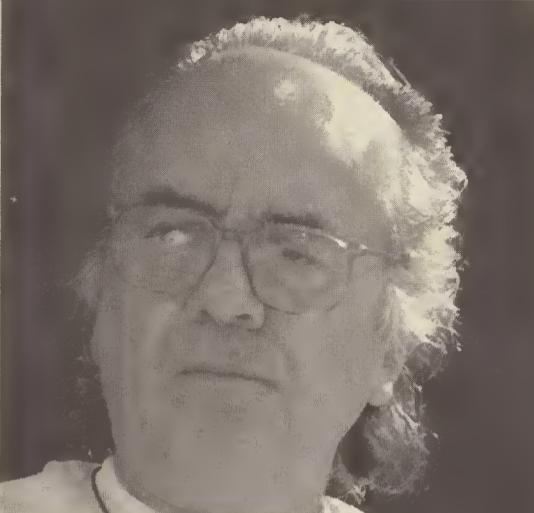
Yoko Kitazawa, presidente do Jubileu 2000-Japão, che-



Toussaint: anulação da dívida dos países do Terceiro Mundo

gou ao Fórum cheia de idéias, como, por exemplo, assegurar o controle pela sociedade civil dos empréstimos externos e de sua utilização; criar um Banco Popular Mundial, em substituição ao Banco Mundial; e o "Grupo de Porto Alegre", como articulação alternativa a grupos como o G7, os sete países mais ricos do mundo. Mas é do belga Eric Toussaint, presidente do Comitê pela Anulação da Dívida Externa dos Países do Terceiro Mundo, uma solução rápida e fácil para ajudar a acabar com a exclusão social, a miséria e a fome: anular uma dívida fantasma que se constitui na imensa pedra a que os habitantes do terceiro mundo estão condenados, há séculos, a rolar montanha acima.

Utopia sem intimidação



O sociólogo português Boaventura de Sousa Santos foi um dos que mostraram os caminhos a serem seguidos até se chegar a uma "sociedade civil humanitária, que supere sua forma atual, castradora dos direitos dos cidadãos e que se encontra mergulhada numa crise do contrato social". Sua conferência "Quais os limites e possibilidades da cidadania planetária" integrou o Eixo 3 das discussões, que tratou de "A Afirmação da Sociedade Civil e dos Espaços Públicos". Para Boaventura, existe atualmente um "fascismo social", um autoritarismo não mais promovido pelo Estado, mas pela própria sociedade civil, que exclui grande parte de seus integrantes. Isso porque a sociedade começou a aceitar a lógica do mercado como a ideia comum das relações entre as pessoas. O resultado é o aumento da deterioração das expectativas, que se reflete tanto em relação aos empregos (ou falta de), quanto à vida em sociedade.

Mas o que fazer para superar problemas como esse? A própria existência do Fórum Social Mundial, como espaço destinado a este tipo de discussão, até então inexistente, é um passo firme em direção a uma outra sociedade civil. "O Fórum possibilita buscar uma unidade na diversidade, uma igualdade que saliente a diferença", afirmou. Para o sociólogo, há seis grandes passos a serem dados, a partir de já, em direção a um outro mundo. O primeiro é intensificar e disseminar as formas de democracia participativa, até criar o que chamou de uma "democracia de alta intensidade". Elogiou o Orçamento Participativo, que para ele é uma forma prática e direta de administração a ser ampliada e levada a outras localidades do mundo. Trata-se, segundo Boaventura, de uma ideia concreta do campo de esquerda e que pode servir para a democratização de muitas comunidades.

Para uma melhor comunicação entre os diferentes povos, sem com isso incorrer na substituição das variadas culturas por uma cultura hegemônica, é importante, conforme Boaventura, um esforço de "tradução" dos anseios de todos os povos numa linguagem. Falta, segundo ele, um tecido, uma teia de interesses comuns de todos os excluídos. Assim, considera um absurdo que vários povos e minorias não se unam numa luta só contra um inimigo que se sabe ser o mesmo. "Não é possível que ainda tenhamos lutas em grupos isolados, de mulheres, de trabalhadores, de estudantes, de indígenas. A luta de um é a luta de todos. Neste fórum temos que criar esta trama", falou. Com relação à constante propaganda antiresistência neoliberal, feita pela grande mídia em consonância com grupos econômicos, Boaventura disse que "não podemos nos deixar intimidar por sermos utópicos. Todas as grandes idéias antes de se realizarem foram consideradas utópicas".

Agricultores elaboram calendário conjunto



Coletiva: Raphael Alegria (boné), Cassen e Stédile mostram solidariedade a Bové diante da notícia de sua expulsão do Brasil

Um dos testemunhos mais concorridos do FSM foi o do agricultor francês José Bové, das figuras mais assediadas pelo público e pela imprensa durante o Fórum. Junto com o líder sem-terra João Pedro Stédile, ele falou da luta dos agricultores franceses e de várias partes do mundo contra a monopolização da produção agrícola. "Vivemos num estado de legitima defesa", a frase de Bové acabou se tornando uma das mais significativas do evento. Lembrou como os trabalhadores rurais da França se organizaram para protestar contra o poder econômico, citando a famosa queda do McDonalds de Millau, cidadezinha no interior da França que ficou conhecida em todo o Globo por impor limites à "mcdonaldização" do mundo.

Bové, uma principais estrelas do Fórum, veio ao Rio Grande do Sul disposto a chamar a atenção para as causas dos pequenos agricultores dos quatro cantos do mundo. E conseguiu. Em Não-me-toque, no interior do Estado, participou de um protesto em que ajudou a destruir parte de uma lavoura experimental de transgênica da empresa multinacional Monsanto. Logo após seu testemunho na PUC, rece-

beu a notícia de que a Polícia Federal havia dado um prazo de 24 horas para que deixasse o País.

Depois de habeas-corpus e outros capítulos de uma rápida novela que deu uma pitada a mais de emoção ao evento, Bové acabou indo embora do País apenas no dia que havia marcado para sair. Na bagagem de volta para a França, depois de ter sido manchete em jornais de vários países, levou a certeza de que os pequenos agricultores estão mais unidos do que nunca. Um dos eventos mais significativos do Fórum foi a reunião mundial da Via Campesina, organização que agrupa agricultores do mundo todo, incluindo aí os agricultores franceses e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Eles divulgaram um calendário conjunto de protestos para este ano em todo o mundo e que contará com a participação de líderes de diversos grupos de agricultores. Stédile, cicerone de Bové no Rio Grande do Sul, junto com o líder da Via Campesina, Raphael Alegria, pregou em suas intervenções uma união que vai além dos agricultores. "Temos que unir as classes sociais para combater o neoliberalismo e assim alterar a correlação de forças".

FSM - 2001

Oficina debate mal-estar na globalização

"Será que podemos dizer que existe mesmo uma subjetividade, ou nós a inventamos?". O convite à reflexão partiu da psicanalista carioca Teresa Pinheiro na oficina "Psicanálise e Mal-Estar na Globalização". A palestrante citou o crítico literário norte-americano Harold Bloom, para quem foi Shakespeare, em suas peças, o inventor da subjetividade. Mais ainda: ele foi o "inventor do humano", conforme o título de um de seus últimos livros.

O parecer acendeu o debate na oficina que tinha como temas a "Pedagogia da Alteridade e Cidadania" e "Identidade e Classificação do Sofrimento na Atualidade". Teresa Pinheiro questionou a validade dos estudos que consideram que a subjetividade é algo que nasce com o sujeito. Para ela, a subjetividade é, de certa forma, forjada pelo social e isso deve ser levado em conta nos estudos sobre as doenças psíquicas da atualidade.

Houve consenso entre os presentes a respeito dos prejuízos da globalização na vida psíquica dos indivíduos e a arbitrariedade das classificações dessas doenças. A onipotência do mercado no mundo de hoje não permite o espaço da falta e isso, segundo o psicanalista Eduardo Losicer, é o que está criando novas patologias. "Há um objeto para satisfazer cada tipo de desejo e isto está gerando uma saturação nas pessoas, uma vez que não há mais espaço para a fantasia, para o simbólico", disse Losicer. Os indivíduos sofrem por falta de fantasia. Na urgência de verem seus desejos satisfeitos, tal como a mídia e a sociedade exigem, as pessoas tornam-se compulsivas: pelo consumo, pela informação, pela conexão, pelas drogas.

Produtividade e sofrimento

Segundo diversos participantes da oficina, a educação voltada para a competição e os modelos de qualidade empresariais que pregam a produtividade acima de tudo são fatores que contribuíram para o surgimento de novas patologias. "A sociedade de consumo só valoriza os vencedores, ou seja, aqueles que têm dinheiro", salientou o psicanalista Mário Pablo Fucks.

A realização do Fórum Social Mundial foi citada por todos os palestrantes como a primeira reação global de resistência contra o "Deus Mercado". "A globalização nesses termos está falida, mas está também colocando em xeque a teoria psicanalítica", disse Eduardo Losicer.

Mas o que de fato estariam fazendo tantos psicanalistas no FSM? "O social é o mental. Temos que cuidar do individual para mudarmos o coletivo", disse uma das analistas presentes na platéia, elogiando a iniciativa da oficina.

Fórum 2002 será em Porto Alegre

Mais de três mil delegados de organizações sociais de todo o mundo vibraram de emoção, no auditório do Centro de Convenções da PUC-RS na manhã do dia 30 de janeiro, quando o comitê organizador do FSM-2001 anunciou a decisão de realizar também em Porto Alegre o Fórum de 2002. O comunicado foi feito por Kjeld Jakobsen, secretário de Relações Internacionais da CUT, por volta das 10h30min. Refletiu a posição amadurecida ao longo de uma bateria de reuniões do comitê, que terminou na madrugada do mesmo dia. A resolução final prevê a possibilidade de fóruns simultâneos, que acabarão fortalecendo e ampliando a repercussão do novo encontro.

Expressa numa "Nota de Informação" com seis pontos, a opção do comitê é complexa. Ela começa com uma constatação: "No Fórum Social Mundial de Porto Alegre desencadeamos uma forte resistência ao neoliberalismo, pela construção de um outro mundo. Nada poderá conter este processo". Logo em seguida, o texto confirma a decisão que mostrou a existência de uma alternativa ao "pensamento único", e criou um fato político de repercussão mundial: o Fórum Social Mundial será realizado todos os anos, "na mesma data do Fórum Econômico de Davos".

O ponto três do documento foi o que despertou o entusiasmo das delegações de todo o mundo. Ele estabelece que "com base em uma carta de princípios e orientações preestabelecidos a partir da experiência do Fórum que hoje encerramos", o comitê anuncia que pretende "realizar em Porto Alegre um novo Fórum em 2002". Ao mesmo tempo, declara-se disposto a "estimular a realização, na mesma data, de Fóruns em outros lugares do mundo". Se a idéia se concretizar, ela multiplicará o efeito contestador e alternativo de Porto Alegre 2001: os países melhor preparados para o FSM 2002 poderão trazer delegações numerosas ao Brasil, e ao mesmo tempo realizarem eventos simultâneos que deixarão claro o caráter universal da resistência.

O ponto quatro resolve um problema sentido ao longo desse ano pelo comitê organizador do FSM 2001. Nos próximos meses, serão feitos esforços para "constituir um Conselho Internacional do Fórum Social Mundial". Convocadas pelo comitê brasileiro, organizações de todo o mundo participarão do trabalho de definir os sentidos e as pautas do evento próximo ano. Os itens seguintes do documento tratam do futuro. A partir de 2003, o Fórum Social Mundial será realizado "num outro país em que tenham sido consegui-



Encerramento: delegados comemoram anúncio de que FSM 2002 será em Porto Alegre

das as melhores condições de realização dos Fóruns de 2002". Em 2004 haverá "uma nova rodada de Fóruns, em muitos países, e assim sucessivamente". O trabalho de preparação de Porto Alegre 2002 começa já. O comitê voltará a se reunir nos primeiros dias após o Carnaval. A parte final do texto explicita que, além disso, estarão prontos, até abril de 2001, "a carta de princípios e orientações para a realização dos Fóruns de 2002" e "a lista de lugares que se dispuserem a realizar os Fóruns de 2002, além do Fórum de Porto Alegre".

Ciranda da Informação é sucesso de público

Com uma adesão de cerca de 30 órgãos de imprensa independente de todo o mundo (entre eles o jornal Adverso), a Ciranda Internacional da Informação Independente (CIIIn) se consolidou com a cobertura do 1º Fórum Social Mundial. A adesão reafirmou a viabilidade do trabalho intelectual compartilhado como alternativa à mercantilização da informação, tornando-se um verdadeiro sucesso de público.

Em plena atividade desde 26 de janeiro de 2001, a Ciranda recebeu uma média de 46 mil visitas por dia, ou pelo menos uma a cada dois segundos. Se mantiver o sucesso desses dias, alcançará 700 mil visitas/mês, o que a coloca entre os 30 sítios mais visitados do País. Durante os cinco dias do Fórum, cerca de 200 textos, entre artigos, entrevistas, análises, crônicas e depoimentos foram publicados, no que se transformou na maior memória do Fórum Social Mundial.

A Ciranda, que continua pelo menos até o próximo Fórum, em janeiro de 2002 (no endereço www.forumsocialmundial.org.br), conta com textos majoritariamente em português, mas também em espanhol, francês, inglês e alemão. Imagens das discussões e manifestações do Fórum também estão registradas. A lógica é a de alimentação descentralizada, com os colaboradores inserindo seus textos a partir de um formulário simplificado na Internet, cujo acesso é disponível somente para os cadastrados e mediante senha. As informações seguem para a edição, que as publica.

Criada a partir da iniciativa da coordenação do sítio do Fórum a Ciranda teve apoio da Rede de Informações para o Terceiro Setor (que viabilizou e auxiliou na concepção) e da Fábrica Digital (que cedeu uma licença do sistema Publique! 2.0), a implementou num período recorde de um mês. Con-

forme seu idealizador, o jornalista Antônio Martins, a iniciativa "está colocando em prática uma das propostas mais ousadas surgidas no debate sobre as alternativas ao neoliberalismo: o saber e a informação são bens comuns a toda humanidade; por isso, não podem ser transformados em mercadorias."

A Ciranda trouxe para o jornalismo o conceito que permitiu o florescimento, nos últimos anos, do chamado "software livre": o copyleft. A palavra é um trocadilho. O direito de propriedade intelectual é conhecido, em todo o mundo, pela expressão inglesa copyright. Ocorre que right, em inglês, significa direito e também direita. Left é a tradução de esquerda e, ao mesmo tempo, o particípio do verbo to leave: deixar, autorizar, oferecer. Copyleft, portanto, é o contrário de copyright... "Por trás da brincadeira semântica, há uma alternativa que está dando certo", explica Martins.

FSM - 2001

Parlamentares articulam frente pela taxa Tobin

A proposta de implantação da Taxa Tobin ganhou novo impulso durante o Fórum Social Mundial. A declaração final do Fórum de Parlamentares anunciou a disposição de articular uma frente internacional pela sua instauração. O deputado francês Harlen Desir defendeu que esta frente deve propor mecanismos capazes de impor a taxa Tobin em todos os países do mundo. Idealizada pelo prêmio Nobel de Economia, James Tobin, a taxa propõe que as transações financeiras internacionais sejam taxadas e o dinheiro revertido para um fundo mundial de combate à pobreza. Há outras propostas que reduzem um pouco este índice. Segundo os estudos desenvolvidos por James Tobin, esse fundo poderia arrecadar cerca de US\$ 170 bilhões por ano.

O deputado francês acredita que a taxa Tobin pode auxiliar a combater a influência do capitalismo norte-americano no mundo e melhorar a situação social dos países subdesenvolvidos. Mas fez um alerta: a taxa não é uma receita milagrosa e nem o suficiente para colocar um freio no mercado de capitais. Ela não leva ao equilíbrio financeiro, mas pode ser a base.

Propostas

A declaração final do Fórum Parlamentar Mundial também denunciou os mecanismos imorais da dívida externa, defendendo a abolição da dívida dos países pobres. Somente na década de 80, a América Latina pagou US\$ 195 bilhões, o dobro do equivalente atual do Plano Marshall. Para cada 100 dólares de exportação dos países da América Latina nas últimas décadas, 35 são destinados ao pagamento de juros. Segundo o deputado Vivaldo Barbosa (PT-DF), a existência de tais dívidas tem gerado ciclos repetitivos de crises econômicas nesses países que afetam a economia mundial. O total das dívidas dos países em desenvolvimento deve atingir entre dois e três trilhões de dólares. Somente a massa mone-



Alternativa: objetivo é criar um fundo mundial de combate à pobreza

tária manipulada pela banca internacional deve atingir, segundo as menores estimativas, a casa dos 80 trilhões de dólares. Assim, argumentou o deputado, não haveria grande impacto ou ameaça de crise sistêmica no caso de uma anulação da dívida dos países mais pobres.

Além da instauração da taxa Tobin e da abolição da dívida dos países pobres, o Fórum Parlamentar propôs ainda a supressão dos paraísos fiscais e uma profunda reforma da Organização Mundial do Comércio, do Fundo Monetário Internacional e de outras instituições financeiras globais. A declaração dos parlamentares não se limitou a questões econômicas. O texto defende o respeito aos objetivos ecológicos da Agenda 21, coloca-se contra o patenteamento dos seres vivos e denuncia a discriminação e a violência em todos os níveis. Para implementar estas propostas, os parlamentares decidi-

ram constituir uma rede internacional. Ela terá por tarefa coordenar as ações em suas respectivas assembleias para sustentar com mais eficácia a ação dos movimentos sociais e cidadãos.

A viabilidade política da instauração de uma taxa de tipo Tobin é uma das dificuldades que a frente de parlamentares deverá enfrentar. O professor José Luis Fiori, do Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro, acredita que a proposta é de administração complexa, mas tecnicamente possível. Além disso, segundo ele, é uma idéia politicamente generosa. No entanto, ressalta Fiori, considerando a atual correlação de forças em nível internacional, trata-se de uma proposta de difícil viabilidade política. "Acredito que ainda viveremos muitos anos sem a concretização de uma idéia deste tipo".

MANIFESTO

Convocadas pela Adufrgs, entidades representativas de diferentes organizações sindicais de professores universitários se reuniram dia 29 de janeiro para assinar o manifesto "Em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade. Por uma universidade autônoma e co-governada". Os professores aprovaram o documento, após um intercâmbio sobre a difícil situação que enfrentam os docentes nos países latino-americanos. Concluíram que os programas ditados pelos organismos financeiros internacionais aplicados pelos governos nacionais implicam necessariamente na destruição da educação pública e na restrição do acesso a ela aos filhos dos trabalhadores da cidade e do campo (leia íntegra ao lado). O documento foi assinado por: Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Adufrgs), Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo (Adufes), Associação Profissional dos Docentes da Universidade Federal de Minas Gerais (APUBH), Associação dos Docentes da Universidade Federal do Ceará (ADUFC), Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba - João Pessoa (ADUFPB-JP), Asociación de Docentes de la Universidad de la República (Uruguai) (ADUR), Asociación Gremial de Docentes de la Universidad de Buenos Aires (AGDUBA) e Confederación Nacional Argentina de Docentes Universitarios Históricos (Conaduh).

Em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade Por uma universidade autônoma e co-governada

Para alcançar estes objetivos é necessário.

1. Um incremento imediato e substantivo do Orçamento da Educação.
2. Destinar fundos públicos somente para a educação pública.
3. Aumentar os salários e os prêmios para permitir aos trabalhadores da educação viverem de sua profissão e assim garantir a qualidade educativa.
4. Defender e fortalecer os sistemas de criação de conhecimento e de investigação científica e técnica como parte da construção de um projeto nacional de desenvolvimento social e econômico em benefício de nossos povos.
5. Ampliar as possibilidades de acesso às classes populares à educação superior garantindo sua total gratuidade e um sistema bolsas para as famílias trabalhadoras.
6. Criar as condições para estabelecer o controle social sobre as universidades.
7. Acabar com as privatizações abertas e veladas dos serviços que prestam as universidades e que são fonte da precarização das relações de trabalho.
8. Não à cobrança de serviços educativos universitários.
9. Não pagar a dívida externa e atender às necessidades sociais no interior de cada país.

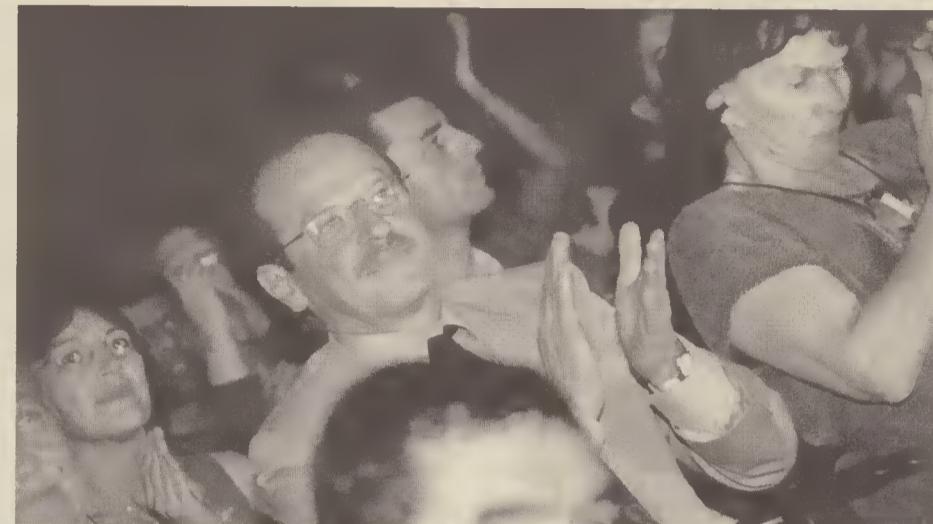
Somente com o exercício de nossa luta, unidade e solidariedade conseguiremos a obtenção de nossas reivindicações e uma educação superior pública ao serviço dos interesses populares. Neste sentido, respaldamos a luta de todos os trabalhadores docentes que neste momento estão enfrentando os planos de destruição da universidade pública na América Latina.

PODER LOCAL

Fórum das Autoridades segue em 2002

A exemplo do Fórum Social Mundial, o Fórum de Autoridades Locais pela Inclusão Social deve ocorrer novamente no próximo ano, em Porto Alegre. A informação é do coordenador político do gabinete do prefeito Tarso Genro, João Luiz Santos dos Santos. Segundo ele, este ano vai ter continuidade o processo de integração entre os prefeitos, "com uma comunicação mais permanente, troca de propostas e opiniões, canalizando para um novo evento". Santos afirma que "o propósito inicial era dar continuidade", havendo ou não a confirmação do FSM para Porto Alegre em 2002.

O evento, que reuniu prefeitos e representantes de governos municipais de 11 países, aprovou a Carta de Porto Alegre (leia íntegra abaixo). O documento será apresentado na próxima reunião do G8 (grupo dos oito países mais industrializados do mundo), em junho, em Gênova, Itália.



Tarso: reunião em Porto Alegre contou com prefeitos de 11 países

lizados do mundo), em junho, em Gênova, Itália.

A reunião dos prefeitos, que contou com presença de prefeitos de capitais co-

mo São Paulo, Aracaju, Belo Horizonte, Montevidéu (Uruguai), Genebra (Suíça), serviu para reafirmar aos poderes locais uma função de gestores de qualidades de

vida. "É no interior das cidades que encontramos os processos de exclusão mais profundos. Mas é também nelas que temos as melhores condições de desenvolver políticas de coesão social e de proteção aos direitos e liberdades de toda a cidadania", afirma trecho da introdução da Carta de Porto Alegre.

Segundo o prefeito de Caxias do Sul, Pepe Vargas, um dos signatários da Carta, "é no território local que começam a surgir as formas de resistência do povo, que começa a se organizar para lutar por seus direitos, para exigir uma melhor condição de vida. Não é à toa que as primeiras experiências de participação popular surgiram nas cidades".

"Não acredito que por parte do G8 vá se desenvolver uma política que signifique a superação deste modelo. Mas não é por isso que não deva ser apresentada a carta", afirma o prefeito de Caxias.

CARTA DE PORTO ALEGRE

Reunido dias 26 e 27 de janeiro de 2001, em Porto Alegre, o Fórum de Autoridades Locais pela Inclusão Social, compromissado com o fortalecimento e valorização da cidadania e das cidades como espaço democrático, defende e propõe:

• Reconhecemos o direito à cidadania nos novos espaços públicos surgidos dos processos de urbanização. Trata-se de socializar a condição de cidadão. De criar as condições culturais para que a população menos integrada socialmente viva a cidadania e tenha acesso ao conjunto de direitos da mesma.

• As autoridades locais assumem o compromisso de, juntamente com a participação direta e democrática de sua cidadania, promover políticas que combatam a crise da moradia, a precariedade dos serviços urbanos, a pobreza que afeta partes significativas da população e aos fenômenos de exclusão social e marginalização negadores dos direitos de cidadania. Isso comporta uma maior e mais justa redistribuição dos recursos públicos, implicando numa adequada repartição da receita pública entre os governos centrais e locais, de tal forma que as cidades tenham condições de prover as necessidades de infra-estrutura e serviços públicos para as suas populações.

• As políticas sociais, necessárias nas cidades, são parte decisiva das políticas de proteção dos direitos humanos. As autoridades locais assumem o compromisso de promover e potencializar estas políticas, zelando pelos interesses das pessoas mais desfavorecidas e vulneráveis.

• As autoridades locais, a partir de suas ações de governo, assumem o compromisso de desenvolver programas que tendam à criação de emprego, combatendo o desemprego e a precariedade das condi-

ções de trabalho, bem como incentivando novas fontes de ocupação.

• Reconhecemos o importante papel das cidades na era da globalização como instrumento regulador da lógica implacável do mercado. Nesta linha é importante reforçar e construir redes cidadãs em todo o planeta que permitam às cidades intervir em programas de cooperação descentralizada e solidária.

• Reconhecemos a importância da relação cida-de-campo, e defendemos a proteção e promoção de políticas agrícolas e agrárias necessárias ao desenvolvimento econômico e social sustentável para cidades saudáveis.

• Promoveremos o reconhecimento do direito das cidades e seus governos democráticos em atuar na vida política, econômica e cultural internacional. Nesse sentido é importante potencializar a aliança local e as uniões e colaborações diretas entre cidades.

• Defendemos o direito das cidades de ter voz própria ao participarem nos organismos internacionais. Será importante avançar na formulação de uma nova declaração universal dos direitos e deveres da cidadania, que permita construir uma cultura comum a todos os cidadãos e cidadãs.

• Defendemos a necessidade de colaboração estreita dos entes locais com organizações não-governamentais, para potencializar iniciativas internacionais que reforcem os direitos de cidadania.

• Um desenvolvimento econômico nacional, que tenha como pressuposto a inserção soberana de todos os países na economia mundial, sem submissões

e dependências unilaterais, só será alcançado se tiver como base ações públicas e movimentos em defesa da justiça social a partir das cidades. No contexto da globalização tutelada pelo capital financeiro, é importante avançarmos na discussão de mecanismos de controle social sobre os fluxos financeiros internacionais. Faz parte disso a discussão sobre a criação de uma taxa sobre as transações financeiras internacionais, direcionando tais recursos para políticas de combate à pobreza e para a inclusão social.

As cidades são importante instrumento para estancar os processos de exclusão, para desenvolver políticas de inclusão social e dar respostas aos problemas da cidadania. Constituem um marco decisivo para promover e consolidar processos de democracia participativa e de controle público sobre o Estado, geradores de consciência cidadã solidária. As cidades constituem um espaço fundamental para restabelecer a esperança de construir um mundo mais justo e humano.

Comissão redatoria da Carta de Porto Alegre:

Angel Merino (Sant Feliu de Llobregat, Espanha)

Gabriel Abascal (Badalona, Espanha)

João Luiz dos Santos (Porto Alegre, Brasil)

Marcelo Déda (Aracaju, Brasil)

Maria Helena Magaiha (Maputo, Moçambique)

Paulo Ziulkoski (Confederação Nacional dos Municípios Brasileiros)

Pedro Wilson Guimarães (Goiânia, Brasil)

Pepe Vargas (Caxias do Sul, Brasil)

Vasco Franco (Lisboa, Portugal)

Tarso Genro (Porto Alegre, Brasil)

Marco Aurélio Weissheimer - jornalista



Entre o BigMac e o Roquefort

Arealização do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, despertou a ira de certos intelectuais, que enxergaram no evento um perigoso ressurgimento de idéias revolucionárias jurássicas e antidemocráticas. O mais raivosos deles é, sem dúvida, Olavo de Carvalho, que não se cansou em escrever artigos denunciando o teor anti-democrático e "claramente comunista" do Fórum. O presidente Fernando Henrique Cardoso disse que os organizadores do evento eram inimigos da tecnologia. De Porto Alegre, as baterias do professor de Filosofia Denis Lerner Rosenfield (do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul) fustigaram os resultados do Fórum. Em artigo escrito para a Folha de São Paulo (edição de 03.02.2001), intitulado "Chavões revolucionários nos pampas", o professor Rosenfield denunciou a "fraseologia marxista, fundamentalista e terceiro-mundista" que teria caracterizado o evento, além do ressurgimento do "obscurantismo anticientífico" patrocinado por seus organizadores. Segundo ele, o Fórum Social Mundial abrigou idéias antide-mocráticas e obscurantistas. Em resumo, as mesmas críticas sustentadas por Olavo de Carvalho e Fernando Henrique Cardoso.

Não deixa de ser curioso e educativo ver como estas críticas desnudam os pressupostos teóricos e as convicções mais íntimas de seus agentes. As presenças do presidente do parlamento cubano, Ricardo Alarcón, do líder da independência argelina, Ben Bella, e de representantes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) foram utilizadas à exaustão pela mídia conservadora para desqualificar o Fórum Social Mundial como um "festival de exibicionismo esquerdistas", como escreveu Olavo de Carvalho. Os argumentos *ad hominem* não foram economizados, assim como também a mistificação ideológica e a desinformação pura e simples. Quem falou contra Cuba, destacou o caráter anti-democrático do seu regime político e omitiu o bloqueio imposto há décadas pelos Estados Unidos, para não falar da possibilidade dos cubanos estarem satisfeitos com o modelo que vêm tentando construir. Em Cuba não há eleições e, por isso, os cubanos estão pro-



Bové: herético e notório representante do conservadorismo francês

um bando de criminosos, aliados do narcotráfico, que querem destruir o estado de direito na Colômbia que, como todos nós sabemos também, é um exemplo para a América Latina.

E o que dizer do obscurantismo antientífico? Aqui, a ignorância e a má-fé formam um amálgama ideológico onde é difícil de dizer onde um começa e o outro termina. Assim como havia dito o presidente Fernando Henrique Cardoso, um dia antes do início do Fórum, o professor Denis Rosenfield afirma em seu artigo publicado na Folha, que os participantes do evento são perigosos inimigos da tecnologia, que querem retroceder à idade das cavernas. Afinal, eles são contra "o telefone celular, os computadores e a Internet". Dizem até que no último dia do Fórum, houve uma cerimônia secreta de queima de aparelhos de telefone celular e de computadores. A fumaça pode ser vista mesmo em Davos. A fogueira foi acenda pelo senhor José Bové, este notório representante do conservadorismo francês que, entre suas heresias, insiste em preferir o queijo roquefort ao BigMac. Bové cometeu o crime de participar da destruição de uma lavoura experimental de soja transgênica, de propriedade da Monsanto, esta valorosa empresa multinacional que, entre outros nobres ideais, busca deter o monopólio mundial do mercado de sementes. Os países europeus, como todos nós sabemos também, apesar do fenômeno da vaca louca, estão ávidos por produtos transgênicos e similares. Assim, a oferta de José Bové para servir como intermediário entre o governo fran-

bidos de participar de qualquer evento no planeta. Os Estados Unidos, como todos sabem, é a maior democracia do planeta. Todos pudemos constatar isso na eleição livre e democrática de George W. Bush. O candidato menos votado foi eleito presidente da República, alguns milhares de votos de eleitores negros e pobres da Flórida foram desconsiderados... Mas enfim, são problemas que ocorrem nas melhores famílias democráticas. E o que dizer dos guerrilheiros colombianos? A sua presença em Porto Alegre manchou o caráter "apartidário e propositivo" do Fórum, para usar a expressão empregada pelo professor Denis Rosenfield. Afinal, todo mundo sabe que os guerrilheiros colombianos não passam de

cês e o governo do Rio Grande do Sul, no sentido de estimular a exportação de soja não-transgênica gaúcha para a Europa, deve ser vista como uma pérfida manobra conservadora que só poderá resultar em prejuízos para a nossa economia. Como disse o professor Rosenfield, "a confusão teórica é total". De fato, ainda há muita confusão teórica neste debate sobre a globalização e seus efeitos. Mas ela parece já ter produzido, pelo menos, um efeito benéfico: um esclarecimento gastronômico-ideológico. Em meio a tantos chavões e ideais anacrônicos, já sabemos quem prefere BigMac e quem prefere roquefort. A democracia e o iluminismo, como todos sabemos, não fedem nem cheiram.

ORELHA



O crime é um caso de marketing
Brabosa Lessa

Livro do escritor, historiador e folclorista gaúcho Luiz Carlos Barbosa Lessa. A novela infanto-juvenil foi um dos sucessos da última Feira do Livro de Porto Alegre, que teve Lessa como patrono. Mercado Aberto. 287p.



Médicos (pr)escrevem 6

Vários autores

O sexto volume da série Médicos (Pr)escrevem - O Cômico e o Inesquecível traz contos e crônicas de 57 autores-médicos gaúchos. Entre os escritores, Moacyr Scliar, Celso Gutfreind e José Eduardo De Grazia. AGE Editora / Associação Médica do Rio Grande do Sul (Amrigs). 207 p.

WWW

Sem Terra

www.mst.org.br

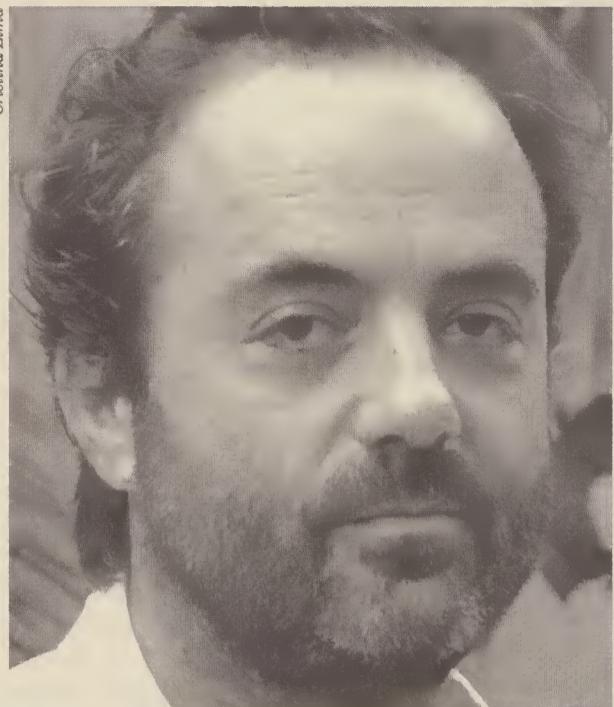
Sítio oficial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Traz diversas informações sobre o movimento.

Imprensa

www.observatoriodaimprensa.com.br
Neste sítio, a imprensa brasileira é analisada por diversos observadores. Mostra contradições (muitas) e acertos da mídia no Brasil.

TV como meio, não como fim

Cristina Lima



Arijón: "a teleconferência legitimou Porto Alegre como contraponto a Davos"

Um programa de tevê histórico. Pela primeira vez, representantes de países ricos e pobres pararam durante duas horas para tentar um diálogo, ao vivo, via satélite, a partir de dois radicalmente diferentes pontos de vista, de dois hemisférios, de duas realidades, de dois climas. Não foi uma conversa entre amigos. Mas o que resultou foi talvez muito mais importante do que uma polida troca de argumentos. O idealizador e responsável pelo programa, um verdadeiro feito televisivo do qual participam também a jornalista Laurence Jordan e o produtor Patrice Barrat, foi o uruguai Gonzalo Arijón, um dos diretores da ONG audiovisual francesa Alterdoc. Nesta entrevista, ele conta detalhes das tratativas para realização do programa que, segundo ele, deve ser tratado como um marco na história da mídia.

Jéferson Assumção

E nós usamos o canal de televisão só como um meio e não como um fim.

Adverso - Como foram as negociações para a realização da Teleconferência Porto Alegre-Davos?

Arijón - Pensei numa teleconferência que colocasse Porto Alegre como interlocutor obrigatório dos caras de Davos. Então foi um programa como uma intenção mais simbólica, porque sabíamos que com duas horas de satélite não poderíamos abordar pontos mais profundamente. Achamos isso uma lástima, porque a primeira idéia foi fazer seis horas, mas o dinheiro não deu. E com duas horas ficava apenas o símbolo... O símbolo daqueles caras de Davos com aquele discurso tão branco e institucionalizado, tão do Norte e, aqui, um painel bem aberto com público, cores e línguas bem diferentes, com toda sua diversidade. Queríamos mostrar com a teleconferência a real diferença entre estes dois fóruns: um elitista e fechado, distante do mundo, e outro como o Fórum do povo.

Adverso - Vocês entraram em contato com o megainvestidor George Soros?

Arijón - Sim, o Patrice Barrat, nosso principal produtor, já havia trabalhado no Fórum de Davos no ano passado e alguns de nossos programas foram financiados por fundações de George Soros. Uma parte do finan-

go, as credenciais e as possibilidades materiais de se fazer este diálogo. Acho que eles pensaram muito sobre o impacto possível do diálogo. Consideraram muito perigosa uma proposta que poderia se virar contra eles. Aí, Patrice procurou um lugar e encontrou uma igreja protestante, o único lugar que deixou que se fizesse este trabalho – ninguém sabe, mas os debatedores de Davos estavam falando de dentro de uma igreja, não de um estúdio. Ele contatou um por um os caras de Davos, como Soros, agentes da ONU, da Coca-cola, príncipes do petróleo, mas ninguém quis. Foi um milagre esses quatro terem aceitado. Montamos tudo lá na igreja e conseguimos fazer um painel que não era oficial de Davos, mas que representou bem o Fórum Econômico.

Adverso - Como vocês avaliam o resultado da teleconferência?

Arijón - Acho que o resultado foi muito importante. Poderia ser de outra maneira, mas, como não era possível um diálogo, virou um programa de televisão totalmente excepcional, histórico, eu acho. Esses dois lados nunca tiveram oportunidade de falar entre eles. Por isso, acho que esse programa vai ficar como um marco, e a história deveria se lembrar disso. É a primeira vez que esses caras de Davos se expõem frente a frente na tevê, com representantes de movimentos campesinos, de minorias, do Terceiro Mundo. Isso é totalmente excepcional. Com apenas duas horas, não se poderia esperar outra coisa desse diálogo. Claro, ficou um pouco violento daqui, mas acho que foi por causa daquele tom soberbo que Davos mostrou rapidamente, daquele tom monocórdio com que eles falam na ONU. Aqui, as pessoas não aceitam e nem podem aceitar este tom. Mas mesmo que o tom tenha sido violento, foi importantíssimo que um cara como Soros, que representa toda essa mundialização, ouvisse o que a mãe da Plaza de Mayo (Hebe Bonafini) disse, que os filhos, os desaparecidos da América Latina, são vítimas da dívida externa e das políticas do Norte sobre o Sul. Ela falou e eu acho que é uma verdade que o George Soros teve de ouvir. E a resposta dele foi lamentável. Ele disse que tinha vontade de rir. Acho que ele foi de uma total falta de humanidade. Na hora, isso foi como um primeiro round e, a partir daí, a idéia de diálogo já não era possível. Eles estavam tendo uma atitude muito desagradável e, para Porto Alegre, restava a única possibilidade de pegar a oportunidade e atacar eles de frente, listando todas as coisas que a gente não suporta mais. Esse fato oficializou o Fórum Social frente a Davos e os outros meios de comunicação tocaram muito nesse ponto...

Adverso - Vocês pretendem fazer outra teleconferência destas no próximo Fórum?

Arijón - Sim, queremos fazer, mas agora com Davos vai ser bem difícil. Por outro lado, a pressão social será muito forte e faremos um grande trabalho diplomático para tentar conseguir este diálogo de novo. Não queremos reproduzir esse que passou, mas fazer um com temáticas bem definidas, com debatedores bem definidos e o mesmo número de participantes de cada lado, com muito mais horas de discussão, menos show televisivo e mais uma sessão de trabalho, menos espetacular.

"Ficou um pouco violento, mas por causa daquele tom soberbo, monocórdio com que Davos fala na ONU"

mento daqueles diálogos que a gente fez durante oito anos veio da Internews. E a Internews é financiada em uma parte por fundações de Soros. Então, a conexão com Soros já existia há bastante tempo. Patrice entrou em contato com o Fórum de Davos primeiro, porque a gente sabia que Porto Alegre deveria responder positivamente. Primeiramente, Davos aceitou mas, curiosamente, quando entramos em contato com o Attac da França, para chegar até os organizadores do Fórum, o Bernard Cassen foi muito crítico e bloqueou esta idéia. Disse que a gente não tinha que dialogar com o inimigo, que perderíamos tempo durante o Fórum para dialogar com o inimigo etc. Então, procuramos a organização do Fórum no Brasil. Eles pensaram muito, e não deram uma resposta rapidamente. Com a indefinição, o Fórum Econômico começou a dizer que não sabia se queria dialogar. Passou a perguntar "por quê?", pois falar seria reconhecer, seria legitimar Porto Alegre como seu contraponto. Começaram a ver que era bem perigoso falar e, finalmente, Davos se negou totalmente a participar oficialmente.

Adverso - Foi George Soros quem se recusou a falar com Porto Alegre?

Arijón - Não. Foi o diretor do Fórum. Eles, que no começo estavam a favor, passaram a negar tudo: o diálo-